

**TERMO DE CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE
MÃO DE OBRA Nº 011/2017**

Termo de Contrato Emergencial de
Prestação de Serviços Continuados
Sem Dedicção Exclusiva de Mão de
Obra celebrado entre o Departamento
Estadual de Trânsito – DETRAN/RS e
Telefônica do Brasil S/A

Contrato celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS, Autarquia criada pela Lei n.º 10.847, de 20 de agosto de 1996, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.935.819/0001-03, sito na Júlio de Castilhos, n.º 505, nesta Capital, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Sr. Ildo Mário Szinvelski, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 234.709.920-53, RG nº 6011481931, doravante denominado CONTRATANTE, e Telefônica do Brasil S/A, sito na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, São Paulo/SP, inscrito no Ministério da Fazenda sob o nº 02.558.157/0001-62, representada neste ato por Luis Augusto Sander, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob n.º 587.739.750-87, RG nº 1035522646, SSP/RS e Alex Sandro Martins de Lima, inscrito no Ministério da Fazenda sob o nº 631.346.400-15, RG nº 9031930838, SSP/RS, doravante denominada CONTRATADA, para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo nº 583-2444/17-1, mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93, bem como demais aplicações desta lei federal, e legislação pertinente, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Fornecimento de 75 (setenta e cinco) linhas telefônicas atendendo aos serviços a seguir discriminados:

1.2 Ligação local (voz) – Móvel x Móvel e Móvel x Fixo

1.3 Longa distância (voz) VC2 e VC3 – Móvel x Móvel, VC2 e VC3 Móvel x Fixo e ligação internacional.

1.4 Transmissão de dados, com pacote ilimitado de tráfego de dados (kbps) mensal, para 04 acessos vinculados a aparelhos.

1.5 Serviços de acesso à internet móvel de alta velocidade para 170 (cento e setenta) modems externos 4G, com cobertura em todas as Capitais de Estados da Federação, com provedor (ISP) gratuito. Os serviços de acessos deverão possuir velocidade nominal de até 7 Mbps em compatibilidade com o serviço da contratada. Caso o plano contratado sofra alteração para uma velocidade maior, esta sempre deverá ser disponibilizada à contratante sem acréscimo de qualquer ônus para o contrato. A tecnologia deverá sempre ser a mais recente em uso pela contratada tais como EVDO, EDGE, WCDMA/UMTS/HSDPA, sem se restringir a estas. A obrigação de disponibilizar sistemas mais atuais e de maior capacidade não poderá ensejar alteração nos custos do pacote e qualquer limitações de velocidade na transmissão ou recepção de dados;

1.6 Fornecimento de 140 (cento e quarenta) modems externos 4G (pen moden), 22 (vinte e dois) aparelhos smartphones e 08 (oito tablets), sendo que os smartphones e tables deverão possuir a configuração mínima descrita nos códigos LIC n.ºs 400.779.0057 e 035.564.0012, respectivamente;

1.7 Transmissão e recepção de mensagens curtas SMS, imagens multimídia, e;

1.8 Serviços adicionais: habilitação, assinatura de caixa postal para mensagem de voz, chamada em espera, bloqueio a pedido, bloqueio por extravio, perda furto ou roubo, cancelamento de serviço, identificação de chamada, siga-me, e VC2R e VC3R.

1.9 Serviços de ligações internacionais que eventualmente ocorram, de acordo com os preços das tarifas vigentes homologadas pela ANATEL em seus respectivos Planos Básicos de Longa Distancia Internacional. Optando o contratante por subcontratar o trafego de longa distancia internacional gerado, com o uso do Código de Seleção de Prestadora da subcontratada (CSP), os planos homologados serão da empresa subcontratada.

1.10 Serviço MMS Torpedo Multimídia, cujo valor deverá ser registrado por evento.

1.11 WAP – tráfego de dados em baixa velocidade em kilobytes para os aparelhos que não estão contemplados no pacote de dados e recebimento e transmissão de torpedos MMS.

1.12 Mensagem de voz.

1.13 Demais condições e especificações constantes na solicitação de orçamento enviada em 05/04/2017, bem como na planilha de preços apresentada pela contratada, em 10/04/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O preço para o presente ajuste será determinado a partir dos valores unitários constantes da planilha abaixo:

SERVIÇOS		Valor por Minuto ou acesso (R\$)
VC1	Ligações Móvel x Fixo (minutos)	R\$ 0,40
	Ligações Móvel x Móvel mesmo CNPJ (minutos)	R\$ 0,00
	Ligações Móvel x Móvel Outras (minutos)	R\$ 0,40
VC2	Ligações Móvel x Fixo (minutos)	R\$ 0,70
	Ligações Móvel x Móvel mesma Operadora (minutos)	R\$ 0,40
	Ligações Móvel x Móvel Outras Operadoras (minutos)	R\$ 0,90
VC3	Ligações Móvel x Fixo (minutos)	R\$ 0,70
	Ligações Móvel x Móvel mesma Operadora (minutos)	R\$ 0,40
	Ligações Móvel x Móvel Outras Operadoras (minutos)	R\$ 0,90
VX* Pacotes de Dados 3G	Acesso à caixa postal (acessos)	R\$ 0,40
	Mensagem escrita – SMS	R\$ 0,40
	Mensagem MMS (eventos)	R\$ 0,40
	Transmissão de dados com franquia de 10GB mensal (pacotes).	R\$ 59,90
	Mensalidade para Modens para serviço de internet móvel, com franquia de 10GB mensal	R\$ 59,90
	Pen Modens (comodato)	R\$ 0,00
	Aparelho Smartphones(comodato)	R\$ 0,00
	Tablets(comodato)	R\$ 0,00

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros

necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECURSO FINANCEIRO

3.1 despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

Unidade Orçamentária: 4401

Atividade/Projeto: 4279.00001

Elemento/Rubrica: 3.3.90.39.3980

Recurso: 8000

Empenho nº: 17002060680 Data: 24/05/2017

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1. O prazo de duração do contrato é de até 180 dias, contados a partir da data definida na ordem de início dos serviços, ou até o efetivo fornecimento do serviço contratado através da licitação constante no processo SPI n.º 6837-2400/14-0, se esta ocorrer antes do referido prazo. Neste caso, a rescisão contratual, decorrente da homologação do processo licitatório, não poderá implicar em ônus ao contratante.

4.2. A expedição da ordem de início dos serviços somente se efetivará a partir da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

4.3. O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

5.1. A garantia poderá ser realizada em uma das seguintes modalidades:

5.1.1. caução em dinheiro ou Título da Dívida Pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

5.1.2. seguro-garantia, desde que contemple todos os eventos indicados no item 5.11;

5.1.3. fiança bancária, conforme modelo contido no Decreto Estadual nº 52.823/2015.

5.2 O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, que será liberada após a execução do objeto da avença, conforme disposto no art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

5.2.1) O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério do contratante.

5.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, inclusive do previsto no item 5.17 e 5.18, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

5.4. O atraso na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei federal nº 8.666/1993.

5.5. O número do contrato deverá constar dos instrumentos de garantia a serem apresentados pelo garantidor.

5.6. Quando da abertura de processo para eventual aplicação de penalidade, a fiscalização do contrato deverá comunicar o fato à entidade garantidora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia ao contratado, bem como as decisões finais da instância administrativa.

5.7. A entidade garantidora não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

5.8. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de no mínimo 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

5.9. A perda da garantia em favor da Administração, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

5.10. A garantia deverá ser integralizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

5.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

5.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

5.11.2. prejuízos causados ao contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

5.11.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado;

5.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL, com atualização monetária.

5.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

5.14. O contratante fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão do contratado, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.

5.15. A autorização contida no subitem 5.14 é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

5.16. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa do contratado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data em que for notificado.

5.19. O contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

5.19.1. caso fortuito ou força maior;

5.19.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

5.19.3. descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

5.19.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

5.20. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 5.19.3 e 5.19.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Administração.

5.21. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo contratante ao contratado e/ou à entidade garantidora, no prazo de até 3 (três) meses após o término de vigência do contrato.

5.22. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas nesta Cláusula.

5.23. Será considerada extinta a garantia:

5.23.1. com a devolução da apólice, título da dívida pública, carta de fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

5.23.2. no prazo de 3 (três) meses após o término da vigência do contrato, exceto quando ocorrer comunicação de sinistros, por parte da Administração, devendo o prazo ser ampliado de acordo com os termos da comunicação.

5.24. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a

terceiros, na forma do art. 70 da Lei federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento deverá ser efetuado, mensalmente, no prazo de até 30 dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pelo contratado, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados.

6.2. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

6.2.1. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante.

6.3.1 A protocolização somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte do contratado.

6.4. O pagamento será efetuado por serviço efetivamente prestado e aceito.

6.4.1. A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:

6.4.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato; ou

6.4.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.5. Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

6.6. Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei federal nº 8.666/1993.

6.6.1. Constatando-se situação de irregularidade do contratado junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.6.2. Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.7. Os pagamentos a serem efetuados em favor do contratado, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

6.7.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, conforme determina o art. 64 da Lei federal nº 9.430/1996;

6.7.2. Contribuição Previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei federal nº 8.212/1991;

6.7.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar federal nº 116/2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

6.8. As empresas dispensadas de retenções deverão entregar declaração, anexa ao documento de cobrança, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.

6.9. A contratante poderá reter do valor da fatura do contratado a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

8.1 Os preços do presente contrato não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO

9.1 A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo Grupo de Telefonia, com a supervisão da Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos.

9.2 Os valores praticados pela operadora contratada serão objeto de constante verificação, assegurando-se de que tais preços são os mais vantajosos para o contratante, observadas as peculiaridades do mercado e do contrato celebrado, de forma a garantir o cumprimento das condições ofertadas na licitação.

9.3 A verificação dos preços praticados pela operadora contratada ocorrerá mensalmente, de forma a se obter um histórico comparativo para fins de avaliação quanto à oportunidade e conveniência da manutenção do contrato.

9.4 O pagamento será realizado sobre a minutagem ou serviços efetivamente utilizados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 Os serviços prestados, estando de acordo com o previsto na Planilha de Preços, apresentada na em 10/04/2017, e, ainda, observada a legislação em vigor, serão recebidas pela CONTRATANTE mediante atestado do responsável, anotando nome e matrícula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

11.1 As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

12.1. Executar os serviços conforme especificações contidas neste instrumento bem como em sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários previstos.

12.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

12.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando o contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

12.7. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que

adentrarão o órgão para a execução do serviço.

12.8. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela administração, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

12.9. Orientar seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

12.10. Orientar seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato.

12.11. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato, quando couber;

12.12. Responder nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

12.13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, a fim de verificar as condições de execução.

12.14. Comunicar ao contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

12.15. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato.

12.16. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados.

12.17. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do órgão.

12.18. Coordenar e supervisionar a execução dos serviços contratados.

12.19. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

12.20. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto.

12.21. Instruir seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

12.22. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante.

12.23. Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

12.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei federal nº 8.666/93.

12.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.27. Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;

12.28. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.29. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

12.30. Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar

à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

12.31 Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual, Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente contrato;

12.32 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais; não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

12.33 Prestar os serviços rigorosamente de acordo com regulamentação e normatização da ANATEL.

12.34 Emitir Notas Fiscais/Faturas dos serviços efetivamente prestados, apresentando-a (s) ao contratante, nos endereços constantes nos CNPJs de cada contrato, aos cuidados do Gestor/Fiscal, cinco dias após o ciclo de faturamento da operadora e data de vencimento de 30 dias para tramites internos de pagamento. A fatura deverá estar devidamente detalhada (s), em conformidade com normas da ANATEL.

12.35 Em caso de descumprimento do referido prazo, e/ou emissão de faturas com incorreções, como tarifas e valores diferentes dos contratados, a contratada arcará com as retificações necessárias. O novo prazo para pagamento passará a fluir da data de apresentação da nota fiscal/fatura sem incorreções conforme item 11.34.

12.36 A fatura mensal, agrupada por CNPJ, individualizando todas as linhas com o respectivo detalhamento dos serviços prestados e ligações cobradas, será disponibilizada a cada contrato por meio impresso e digital. A empresa deverá dispor de pelo menos uma das seguintes formas de envio da fatura em meio digital: (1) através de download diretamente da página da prestadora na internet, respeitado o nível de acesso e segurança de cada Gestor/Fiscal; por correio eletrônico CD/DVD gravado e entregue (com protocolo) até 3 (três) dias úteis após o fechamento da fatura. O formato dos dados da fatura em meio digital deverão ser com arquivo no mínimo do tipo planilha eletrônica Excel, na versão 5, ou arquivo em formato texto (""".txt), compatível com sistema operacional MS-Windows, com delimitador de colunas";" (ponto e vírgula), e possuir colunas (campos) com as seguintes informações: número da linha, data e hora, data e hora da chamada, origem e destino da chamada e identificação de números chamado e chamador, tempo de duração de chamadas e os respectivos valores.

12.37 Disponibilizar, também, as informações da fatura, mensalmente, ao Sistema de Contratos da Secretaria de Estado da Fazenda (CAGE – Contadoria e Auditoria Geral do Estado), para cada CNPJ agrupador, nos termos da Resolução nº 426, de 09 de dezembro de 2005, da ANATEL.

12.38 As faturas deverão ser entregues em conjunto, mesmo após eventuais correções. O Processo de pagamento ficará condicionado ao recebimento das modalidades mídia e impressa.

12.39 Disponibilizar serviço de suporte técnico personalizado e call center.

12.40 Disponibilizar à contratante atendimento por meio de consultoria especializada.

12.41 A contratada deverá credenciar por escrito junto a Central de Compras, um preposto com poderes de decisão, principalmente em relação à eficiência e agilidade na execução dos serviços objetos do certame de registro de preços.

12.42 Disponibilizar um serviço de atendimento exclusivo, em horário comercial, na cidade de Porto Alegre/RS, intermediado por preposto. Este serviço deverá permitir a gestão total sobre as linhas contratadas, tais como: ativações e bloqueios, trocas de acesso (chips), serials, imei, ou qualquer outro registro que permita outro chip receber o número de acesso e outros serviços pertinentes ao contrato.

12.43 Informar a necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços com antecedência mínima de 05 (cinco) dias;

12.44 Comunicar por escrito ao gestor, eventual atraso ou paralisação da prestação dos serviços, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pelo contratante;

12.45 Apresentar ao gestor do contrato, na ocorrência de falhas no serviço, um relatório completo indicando os motivos da falha, bem como os métodos e práticas adotadas em sua solução

que deverão obedecer às normas da ANATEL, no prazo de 72 (setenta e duas) horas;

12.46 Comunicar por escrito ao gestor, quando verificar condições inadequadas para a prestação do serviço ou iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução deste contrato;

12.47 Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas através do serviço que constitui o objeto deste contrato.

12.48 Manter sigilo dos números de identificação das linhas dos telefones móveis, não os informando e nem os fazendo constar em nenhuma lista de livre acesso.

12.49 Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual e municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela regulamentação da ANATEL.

12.50 Garantir a qualidade do sinal do Sistema Móvel Pessoal, arcando com todas as despesas no caso de implementação de melhoria na área de cobertura, inclusive eventual troca de protocolo de comunicação.

12.51 Responsabilizar-se pelos custos de manutenção bem com pela conservação da infraestrutura de modo a atender as necessidades relacionadas aos equipamentos.

12.52 Oferecer o serviço de roaming nacional e internacional automático nas tecnologias GSM, sem necessidade de habilitação de outro equipamento. A contratada deverá declarar possuir o sistema de roaming internacional e que as despesas com tais serviços serão cobrados em moeda nacional, Real (R\$), na própria conta do usuário, devendo ainda, repassar ao contratante uma listagem com todos os países que possuem acordo, seja direta ou indiretamente.

12.53 Apresentar os serviços na forma ajustada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

13.3. Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

13.4. Pagar o contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

13.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do contratado, nos termos da legislação vigente.

13.6 Efetuar as chamadas à Contratada, através do Fiscal do Contrato, para assistência e manutenção dos aparelhos, nos dias úteis e no período compreendido entre 08hs (oito) e 20hs (vinte) horas.

13.7 Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Contratante quando necessário, para execução dos serviços e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES

14.1. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o contratante poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao contratado, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

14.2. Com fundamento no artigo 7º da Lei federal nº 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa, o contratado que:

14.2.1. apresentar documentação falsa;

- 14.2.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- 14.2.3. falhar na execução do contrato;
- 14.2.4. fraudar a execução do contrato;
- 14.2.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.2.6. cometer fraude fiscal.
- 14.3. Configurar-se-á o retardamento da execução quando o contratado:
 - 14.3.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço;
 - 14.3.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 14.4. A falha na execução do contrato estará configurada quando o contratado descumprir as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente, de acordo com o que preceitua o item 12.10.
- 14.5. Para os fins do item 12.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, e 97, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/1993.
- 14.6. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 12.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 14.6.1. multa:
 - 14.6.1.1. compensatória de até 10% sobre o valor total atualizado do contrato nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;
 - 14.6.1.2. moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 dias.
 - 14.6.2. impedimento de licitar e de contratar com o Estado e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos.
- 14.7. As multas compensatória e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação da sanção de impedimento de licitar e de contratar.
- 14.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 8.666/1993.
- 14.9. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas ao contratado
 - 14.9.1. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, 12.9.1. Se o valor a ser pago ao contratado não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver.
 - 14.9.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica o contratado obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
 - 14.9.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
 - 14.9.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do contratante.
- 14.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.11. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.
- 14.12. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei federal nº 8.666/1993.
- 14.13. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas

na Lei federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao contratado o direito à prévia e ampla defesa.

15.3. O contratado reconhece os direitos do contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 8.666/1993.

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

15.4.1. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

16.1. É vedado ao contratado:

16.1.1. caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

16.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei federal nº 8.666/1993.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 8.666/1993, na Lei federal nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

18.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

18.2. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados do contratado ou de seus subcontratados, cabe a ele resolver imediatamente a pendência.

18.3. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.

18.4. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

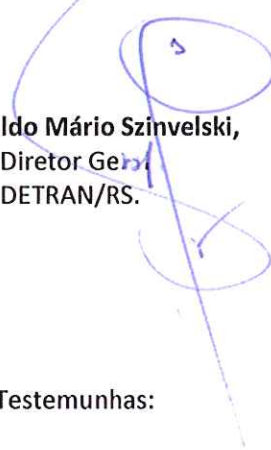
18.5. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

19.2. E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, de 12 de junho de 2017.


Ildo Mário Szinvelski,
Diretor Geral
DETRAN/RS.


Luis Augusto Vande
Telefônica Brasil S/A

Alex Sandro Martins de Lima
Telefônica Brasil S/A

Testemunhas:


José Paulo Miri
Gerente de Contas
PEMES/RS
Matr.: 16650


Bárbara Pontel
Coordenadora de Compras
DETRAN/RS – ID: 3200132